

Lorena da Silva Lopes
Renata Custodio de
Azevedo
Maria Helena de Paula
Frota*

**“Há mais mulheres pobres que
homens pobres?”:**

reflexões sobre pobreza e gênero na América Latina

RESUMO: O modelo neoliberal de Estado na América Latina agravou o fenômeno da pobreza. O objetivo principal deste trabalho foi perceber como pobreza e gênero são categorias intrinsecamente relacionadas. Realizamos pesquisa bibliográfica sobre as temáticas, discutindo com diversos/as autores/as. Enfim, assumir gênero como categoria de análise da pobreza permite enxergar que ela atinge os gêneros de maneira diferente e desigual. Esse debate pode contribuir para a reflexão das formas de intervenção na questão social, promovendo a análise das políticas públicas de combate à pobreza, pois não podemos deixar de reconhecer a *feminização da pobreza* como elemento constituinte do fenômeno.

Palavras-chave:
Pobreza, gênero e
América Latina.

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar a relação entre as condições de pobreza e gênero na América Latina, refletindo sobre as configurações sócio-econômicas da sociedade latino-americana e seus impactos na questão da pobreza numa perspectiva de gênero, a qual constitui-se como uma nova forma de olhar e tratar a sociedade e o mundo contemporâneo.

Para tanto, iniciaremos este trabalho a partir de uma breve discussão sobre questões relativas às transformações sócio-históricas ocorridas no Estado Latino-americano e as repercussões econômicas, sociais e políticas da adoção do modelo neoliberal.

Em seguida, abordaremos a reflexão sobre a pobreza na América Latina sob um viés de gênero, explorando, principalmente, como a pobreza atinge de modo desigual a vida de homens e mulheres. Na busca de aprofundar reflexões em torno da nossa indagação primeira, *se há mais mulheres pobres que homens pobres*, trataremos sobre as conceituações das categorias pobreza e feminização da pobreza, além de colocar em pauta questões como o trabalho doméstico, mercado de trabalho, chefia feminina do lar etc.

A pobreza como manifestação das desigualdades de gênero na América Latina

Contextualizando a intensificação da pobreza na América Latina

O neoliberalismo nasceu após a Segunda Guerra Mundial, como uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista, também conhecido como *Welfare State* ou Estado Keynesiano. Para o neoliberalismo, *o mercado é o melhor mecanismo dos recursos e da satisfação das necessidades dos indivíduos* (Laurell, 1995:161).

O texto que deu origem ao ideário neoliberal foi *O caminho da servidão*, de Friedrich Hayek¹, escrito em 1944. Nesse texto, Hayek critica qualquer limitação do mercado e das liberdades individuais por parte do Estado. No concernente à formulação teórica, as principais idéias são formuladas por Hayek. Contudo, como formulações práticas, técnicas, os neoliberais seguem as orientações de Milton Friedman, o qual fornece receitas econômicas e programas políticos aos governos, através das agências internacionais, tais como Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI).

O modelo neoliberal pressupõe medidas de estabilização da economia, programas de ajuste estrutural e prevê, ainda, a liberalização comercial, desregulação, privatização e o fortalecimento da administração pública, provocando impactos desiguais na vida de mulheres e de homens.

Laurell (1995), ao realizar uma análise do neoliberalismo latino-americano, adverte que a adoção dos programas neoliberais não se processaram da mesma maneira em todos os países:

¹ Para Hayek e outros adeptos do neoliberalismo, a crise teria sido provocada porque o Estado propiciou poder excessivo e nefasto aos sindicatos, ao movimento operário de modo geral, corroendo as bases da acumulação capitalista, com suas pressões reivindicativas sobre os salários e para aumento dos gastos sociais (Anderson, 1995: 10).

É preciso notar que a adoção das políticas neoliberais como programa de governo não ocorreu simultaneamente, nem seguiu a mesma trajetória ou o mesmo ritmo em todos os países, devido às condições políticas particulares. (...) Apesar das reservas, há elementos que permitem sustentar a ocorrência de ensaios neoliberais na maioria dos países da região nos últimos 15 anos (Laurell, 1995: 166).

A América Latina foi cenário da primeira experiência neoliberal sistemática do mundo, no Chile com a ditadura de Pinochet, quase dez anos antes de Thatcher, na Inglaterra. O Chile foi a experiência-piloto para o novo neoliberalismo dos países avançados do Ocidente, sendo que a América Latina também foi berço da experiência-piloto para o neoliberalismo do Oriente pós-soviético, com o governo boliviano em 1985. Entretanto, Chile e Bolívia constituíam-se realidades neoliberais isoladas até o final da década de 1980².

México, Argentina e Peru apresentaram êxitos consideráveis em curto prazo, apesar do fracasso da experiência na Venezuela. Os primeiros contavam com uma situação política favorecida: deflação, desregulamentação, desemprego e privatização das economias, o que favorecia uma forte concentração de poder e autoritarismo. Já a Venezuela não pôde contar com o autoritarismo político, pois, devido a sua democracia, considerada a mais contínua e sólida da América do Sul, foi o único país que não passou por ditaduras militares e regimes oligárquicos desde os anos 1950.

No Brasil, o ideário neoliberal foi introduzido pela primeira vez após a eleição de Fernando Collor de Melo para Presidente da República. De acordo com Oliveira (1995), a ideologia do neoliberalismo encontrou terreno propício para se desenvolver devido à pregação anti-social por que passava o país após longos períodos de ditaduras militares. Assim, esse modelo foi aprofundado a partir do ano de 1994, sendo facilmente identificado a partir das medidas adotadas durante o governo do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso que subordinou o país aos interesses do capital estrangeiro, em todos os setores da vida social, econômica, cultural e política.

O neoliberalismo e a *mundialização* da economia têm trazido mudanças na vida dos países, das comunidades, bem como na vida das pessoas, agravando os quadros de pobreza na América Latina. Entretanto, esta não atinge igualmente a vida de homens e mulheres. Durante a IV Conferência Mundial da Mulher³ os governos reconheceram que a maioria dos pobres no mundo eram mulheres, caracterizando o fenômeno conhecido como *feminização da pobreza*⁴.

² No continente latino-americano, o neoliberalismo ganhou impulso a partir da “*presidência de Salinas, no México, em 88, seguida da chegada ao poder de Menem, na Argentina, em 89, da segunda presidência de Carlos Andrés Pérez, no mesmo ano, na Venezuela, e da eleição de Fujimori, no Peru, em 90* (Anderson, 1995:20).

³ A IV Conferência Mundial da Mulher ocorreu em Pequim, na China, no ano de 1995.

⁴ O termo *feminização da pobreza* foi adotado pela Organização das Nações Unidas – ONU por ocasião da 40ª sessão da sua Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher (1996) para expressar o fato de que 70% das 1,5 bilhão de pessoas que habitam o planeta, as quais vivem em situação de extrema miséria (vivendo com menos de 1 dólar por dia), são mulheres. Refere-se, ainda, ao fenômeno do aumento de mulheres entre os mais pobres, ou que as mulheres estão ficando cada vez mais pobres que os homens, ao longo do tempo e em todo o mundo (Mota & Sales, 2007).

A “mundialização” também contribuiu para aumentar a distância entre os países pobres e ricos, por representar uma intensa concentração de capital em alguns países (Estados Unidos, Japão e países da Europa) e por aprofundar as desigualdades internas em cada país, em especial nos periféricos, como é o caso do Brasil.

Com relação aos programas de ajuste estrutural, estes também foram impulsionados pelos organismos multilaterais desconsiderando a importância de se levar em conta a perspectiva ou enfoque de gênero nas suas agendas. Como exemplos das medidas de ajuste estrutural, o Banco Mundial adota duas gerações de reformas.

A primeira geração de reformas é caracterizada por: liberalização comercial a partir da eliminação das tarifas alfandegárias; privatização das empresas públicas; liberalização de capitais; desregulamentação dos mercados de trabalho e a garantia de proteção à propriedade privada.

A segunda geração de reformas consiste em: focalização dos serviços sociais básicos, os quais são direcionados aos mais pobres; introdução da competitividade na prestação dos serviços públicos; a descentralização dos estados e municípios e a modernização do Estado que “*consiste basicamente em la federalización y municipalización, así como la de una serie de reformas al poder legislativo y judicial cuyo objetivo es combatir la corrupción e independizar dichos poderes del ejecutivo*”⁵ (Rubio, 2001:34).

Esse modelo de Estado ajustador pelo qual os Estados Latino-americanos passaram ao longo da década de 1980, isto é, que foi de “*implementação de ajustes econômicos e conseqüentes redirecionamentos das orientações das políticas sociais*” (Pinheiro, 1995), ainda se verifica nos dias atuais.

Os países latino-americanos passam por um processo de cortes bruscos nos gastos com o social, que ficou relegado a um segundo plano, enquanto o investimento no capital e no mercado aparece em cena como grande foco dos governos, acreditando que essa alternativa fosse a saída para a crise, já que os indivíduos estariam “supostamente” livres para satisfazer suas necessidades.

⁵ “Consiste basicamente na federalização e municipalização, assim como uma série de reformas ao poder legislativo e judiciário, cujo objetivo é combater a corrupção e tornar independentes os ditos poderes do executivo” (Tradução livre das autoras).

Nesse contexto neoliberal, as políticas sociais adotadas pelo Estado devem ser focalizadas para os pobres, ou mesmo *pobres dos pobres* (leia-se: indigentes, miseráveis), de forma, somente, a amenizar a pobreza e garantir apenas a parcela de serviços que o setor privado não pode oferecer. Os neoliberais retiram o conceito de direitos sociais como obrigatoriedade da ação estatal. Segundo Laurell (1992:163), “*o neoliberalismo opõe-se radicalmente à universalidade, igualdade e gratuidade dos serviços sociais*”.

Logo, com a adoção de medidas para conter os gastos sociais dá-se início a um processo acelerado de empobrecimento da população latino-americana que experimentou um quadro lastimável de desemprego ou mesmo subemprego, privatizações, desregulamentação e flexibilização do trabalho, salários miseráveis, fome, habitação, saúde e educação precárias, dentre outras questões sociais que se agravaram ainda mais com a implantação do regime neoliberal.

No entanto, de acordo com Laurell (1992:172), *“o processo global de empobrecimento provocado pelas medidas econômicas neoliberais, associado ao ataque aos direitos sociais, tem causado convulsões sociais e resistência política organizada”*. Assim, os governos latino-americanos e os organismos financeiros internacionais começam a modificar seus discursos com a finalidade de dar uma explicação plausível às modificações trazidas pelo programa neoliberal.

Infelizmente, as mulheres vêm sendo um dos principais alvos dos impactos negativos trazidos pelas medidas de estabilização e de ajuste estrutural, resultados da crise da década dos anos 1980, onde os governos não tinham mais condições de saldar suas dívidas externas contraídas anteriormente. É nesta década que sentimos com maior evidência a redução das políticas sociais com o sistema de contenção de gastos sociais e a diminuição das responsabilidades sociais por parte de governos neoliberais ou mesmo neoconservadores.

É importante destacar que a América Latina sofre ainda hoje as conseqüências da adoção do projeto neoliberal e presencia um contexto de intensificação da pobreza, dentre elas a pobreza com enfoque de gênero que abordaremos com mais propriedade na próxima seção.

Um olhar de gênero sobre a pobreza: “há mais mulheres pobres que homens pobres?”

*Adotando esta perspectiva [pobreza sob o enfoque de gênero], se reconhece que hombres y mujeres experimentan la pobreza de maneras diferentes, y que “a probabilidad de ser pobre no se distribuye al azar em la población”*⁶ (Sen, 1998) (CEPAL, 2003: 136).

As categorias pobreza e gênero tornam-se centrais no estudo que tentamos realizar nesse artigo. No entanto, conceituá-las não se configura como tarefa fácil em virtude das variadas definições existentes em torno dessas temáticas. Faz-se necessário, então, compreender que esses conceitos não podem mais ser considerados de forma independente, pois possuem imbricações recíprocas.

⁶ “Adotando esta perspectiva [pobreza sob o enfoque de gênero], se reconhece que homens e mulheres experimentam a pobreza de maneiras diferentes, e que ‘a probabilidade de ser pobre não se distribui ao azar entre a população’” (Tradução livre das autoras).

A definição de pobreza sempre esteve ligada à questão da renda e da falta de recursos econômicos, isto é, a um fator meramente econômico, porém é preciso entender que para se pensar o fenômeno da pobreza temos que considerar também suas dimensões sociais, políticas e culturais. O fenômeno da pobreza está igualmente ligado a outras categorias como desigualdade, vulnerabilidade e exclusão social⁷.

⁷ Por não se tratar do objetivo primordial desse trabalho não analisaremos as referidas categorias.

⁸ “O resultado de um processo social e econômico – com componentes culturais e políticos – no qual as pessoas e os lares se encontram privados de ações e oportunidades essenciais por diferentes causas e processos, tanto de caráter individual como coletivo, o que lhe atribui caráter multidimensional” (Tradução livre das autoras).

⁹ “A análise de gênero é a síntese entre a teoria de gênero e a chamada perspectiva de gênero derivada da concepção feminista de mundo e de vida. Esta perspectiva se estrutura a partir da ética e conduz a uma filosofia pós-humanista, por sua crítica a concepção androcêntrica da humanidade que deixou de fora a metade do gênero humano: as mulheres (...) A perspectiva de gênero tem como um dos seus fins a construção subjetiva e social de uma forma de configuração da resignificação da história, da sociedade, da cultura e da política a partir das mulheres e com as mulheres” (Tradução livre das autoras).

Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL (2004), a pobreza tem sido definida como

*el resultado de un proceso social y económico – con componentes culturales y políticos – em el cual las personas y los hogares se encuentran privados de activos y oportunidades esenciales por diferentes causas y procesos, tanto de carácter individual como colectivo, lo que le otorga carácter multidimensional*⁸ (CEPAL, 2004:12).

Quando se adota gênero como categoria analítica busca-se uma análise da relação entre os sexos apoiada nos conteúdos culturais e sociais construídos historicamente, abrangendo desta forma, significações mais amplas neste campo da pesquisa, pois a referida categoria alarga os limites dos estudos, não em uma perspectiva meramente biológica (sexo) ou estrutura de classes sociais, mas em uma perspectiva que constrói uma relação social e simbólica (Kergoat: 1986 & Scott: 1990).

Por ora, adotamos também o conceito que enfoca a pobreza não de forma isolada, mas intrínseco à perspectiva de gênero, ou seja, pretendemos analisar o fenômeno da pobreza associado ao enfoque de gênero. Segundo Lagarde apud Rubio (1997),

*el análisis de género es la síntesis entre la teoría de género y la llamada perspectiva de género derivada de la concepción feminista del mundo y de la vida. Esta perspectiva se estructura a partir de la ética y conduce a una filosofía posthumanista, por su crítica de la concepción androcéntrica de la humanidad que dejó fuera a la mitad del género humano: a las mujeres (...) La perspectiva de género tiene como uno de sus fines contribuir a la construcción subjetiva y social de una forma de configuración de la resignificación de la historia, la sociedad, la cultura y la política desde las mujeres y con las mujeres*⁹ (Lagarde apud Rubio, 2001:33).

Os estudos da pobreza desde uma perspectiva de gênero tiveram início com algumas feministas do chamado terceiro mundo na década de 1980. Elas verificaram que existia uma série de fatores que fazia com que homens e mulheres fossem atingidos de modo diferente pela pobreza. Perceberam ainda que a pobreza entre as mulheres era mais aguda que entre os homens e que isto estaria relacionado ao aumento dos lares chefiados por mulheres.

O fato de as mulheres estarem expostas à pobreza de modo diferenciado em relação aos homens constitui-se eixo fundamental para pensar o conceito de *feminização da pobreza*. Sob o ângulo técnico, esta categoria se refere à

*desproporcionada representación de las mujeres entre os pobres comparada com la de los hombres. (...) Evidentemente, si las mujeres constituyen el 51% de la población global, pero que 70% de los pobres, quiere decir que la pobreza está afectando desproporcionadamente al sector femenino de la población*¹⁰ (Anderson, 1994:13).

Apesar de Anderson (1994) afirmar que a incidência distinta da pobreza nos gêneros apresenta-se como resultado do fato de que homens e mulheres possuem regras e posições diferentes na sociedade, consideramos, para além disso, estas posições não somente como diferentes, mas sobretudo são encaradas de modo desigual nos contextos histórico específicos.

A feminização da pobreza no mundo contemporâneo, além de caracterizar um predomínio de mulheres entre os pobres e fazer perceber que a pobreza afeta de modo distinto homens e mulheres, dá margem para a observação sobre uma tendência importante na relação gênero e pobreza: o aumento progressivo das taxas de pobreza entre mulheres.

Assim, a utilização da categoria pobreza desde uma perspectiva de gênero pressupõe analisar as desigualdades existentes nas relações entre as mulheres e homens na sociedade em todos os âmbitos e entender de que forma essa pobreza também os afeta de maneira desigual. Desse modo, compreender a pobreza dentro de uma perspectiva de gênero presume explicar a pobreza não apenas como um conceito descritivo baseado na desigualdade de renda, mas também uma explicação onde se inclua a desigualdade nas relações de poder em todos os lugares (CEPAL, 2004).

Estudos da CEPAL (2003) e do Banco Mundial (2003) sobre pobreza na perspectiva de gênero na América Latina apontam a necessidade de se pensar o tema a partir de reflexões sobre o trabalho mundial realizado, a cúpula do

¹⁰ “Desproporcional representação das mulheres entre os pobres comparada com a dos homens. (...) Evidentemente se as mulheres constituem 51% da população global, mas 70% dos pobres, quer dizer que a pobreza está afetando desproporcionalmente ao setor feminino da população” (Tradução livre das autoras).

poder formal, trabalho doméstico (esfera da reprodução) e distribuição do tempo, aumento significativo de lares com chefia feminina, mercado de trabalho e diferenças nas relações entre gênero e pobreza nos contextos urbano e rural.

A análise das desigualdades de gênero tem considerado dados estatísticos que revelam uma maioria das mulheres nos segmentos populacionais de pobreza e miséria. Dentre esses dados podemos destacar que da população mundial, composta por 51% de mulheres e 49% de homens, apenas 1% delas detém a propriedade dos meios de produção, contra 90% dos homens. Outro dado mundial preocupante diz respeito à cúpula do poder formal: 96% dos homens são os responsáveis pelos espaços de tomada de decisão, ao passo que somente 4% das mulheres têm condições de participar destes espaços. Essa realidade aponta para uma supremacia e dominação masculinas nos setores econômicos, políticos, dentre outros; por outro lado, as mulheres estão situadas nos grupos mais atingidos pelos processos de pobreza e vulnerabilidades.

Dessa maneira, o trabalho doméstico não remunerado, imprescindível para a sobrevivência dos lares, se encontra quase totalmente nas mãos das mulheres, tanto na área rural como na urbana. Na América Latina, em 2002, cerca de 45% dos cônjuges tinham como principal atividade os afazeres domésticos. Ademais, temos que 70% do trabalho mundial realizado (que constitui a união do trabalho produtivo + reprodutivo + comunitário) é feito pelas mulheres (Mota & Sales, 2007). No Brasil, segundo dados do Banco Mundial/Cepia (2005), as mulheres dispõem cerca de 27,2 horas semanais para o trabalho doméstico, enquanto os homens dedicam apenas 10,6 horas. Tal fato pode configurar-se como obstáculo para a inserção feminina no mercado de trabalho, pois existe a dificuldade em compatibilizar trabalho remunerado e trabalho reprodutivo.

Entretanto, a taxa de atividade doméstica das mulheres, ou seja, a porcentagem da população feminina que possui como atividade principal a realização de tarefas domésticas, mostrou, em média, queda no período entre 1994 e 2002, sem importar a posição que as mulheres ocupem no grupo familiar (cônjuge, chefe, filha etc). Conforme a CEPAL (2003), esta situação é explicada principalmente pelo aumento da participação da mulher no mercado de trabalho.

Entre 1994 e 2004, mais de 48% das jovens entre 20 e 24 anos classificadas como “inativas” (aquelas que não arranjaram emprego ou não buscaram trabalho) têm o trabalho doméstico como principal atividade. Entre os homens jovens, a taxa de inatividade é determinada, em 80% dos casos, por causa dos estudos e apenas 2% por conta do trabalho doméstico. De acordo com o Banco Mundial (2003),

no dia-a-dia, a educação dos meninos sofrem mais as influências da situação econômica desfavorável de suas famílias, já que são os primeiros a abandonar a escola para aumentar a renda familiar. No entanto, dados provenientes da Argentina sugerem que, durante crises econômicas, as meninas são mais propensas ao abandono escolar. A intensa mobilização do trabalho feminino, para lidar com os efeitos da crise, leva as meninas a abandonar os estudos para cumprir o papel doméstico da mãe (Banco Mundial, 2003:09).

Além disso, estudos de caso confirmam que a distribuição do tempo em relação ao trabalho não remunerado e ao remunerado é desigual entre os gêneros: as mulheres investem mais tempo em atividades não remuneradas e os homens em atividades remuneradas.

Na Nicarágua, a *Pesquisa Nacional de Lares sobre a Medição dos Níveis de Vida da Nicarágua*, realizada em 1998, apontou para o fato de que homens pobres destinam, em média, cerca de 7,8 horas de seu tempo para o trabalho remunerado, enquanto as mulheres pobres apenas 4 horas. No trabalho não remunerado a situação se inverte: as mulheres pobres chefes de família gastam, em média, 5,4 horas, enquanto que os chefes de lares pobres apenas 1,3 hora.

Mesmo com as transformações na esfera familiar latino-americana, com a entrada acelerada das mulheres no mercado de trabalho, não houve contrapartida em relação aos homens, na participação destes nas atividades domésticas não remuneradas.

(...)a pesar de la diversidad de estructuras familiares surgidas a lo largo de las últimas décadas, de los cambios demográficos y de la evolución de las trayectorias laborales de hombres y mujeres, la representación de los hombres en la atención de las responsabilidades familiares há seguido siendo mínima¹¹ (CEPAL, 2003:150)

Neste contexto, o trabalho doméstico não remunerado apresenta-se invisível nas estatísticas oficiais, onde o conceito de produção se liga apenas à produção no mercado e o de trabalho como emprego, não considerando trabalho aquele relacionado à produção de bens e serviços da esfera familiar e contribuindo para relegá-lo à esfera do não econômico, isento de questões políticas e econômicas.

¹¹ “Apesar da diversidade de estruturas familiares surgidas ao longo das últimas décadas, das mudanças demográficas e da evolução das trajetórias laborais de homens e mulheres, a representação dos homens na atenção às responsabilidades familiares continuam sendo mínimas” (Tradução livre das autoras).

As transformações na esfera familiar, além de contar com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, são expressas, ainda, a partir do crescimento de lares com chefia feminina. Pesquisas da CEPAL (2003) e do Banco Mundial (2003) confirmam uma tendência de crescimento de lares chefiados por mulheres, como já apontava uma pesquisa em 1990, sobre o crescimento dos lares com chefia feminina em relação a todas as outras unidades domésticas.

Según las encuestas oficiales de hogares em países seleccionados, em 1990 los mismos [lares com chefia feminina] compendían, en relación a la totalidad de hogares urbanos, 21% en Argentina, 16,7% en Bolivia, 20,1% en Brasil, 22,6% en Colombia, 23,2% en Chile, 17,7% en Mexico, 19,7% en Paraguay, 25,2% en Uruguay y 22,1% en Venezuela¹² (Anderson, 1994:35).

Os dados sobre chefia de lares se forem desagregados por sexo, permitem perceber a aproximação entre as questões de gênero e pobreza. Para compreender esta relação é necessário considerar os distintos tipos de lares, seu tamanho e estrutura e as políticas de cada país. *Grosso modo*, os lares chefiados por mulheres se comparados aos lares com chefia masculina, contam com menos recursos financeiros.

Entre 1990 e 2002, a zona urbana apresentou tendência de crescimento da chefia feminina, sendo que entre os lares indigentes se processou um aumento da chefia feminina em 11 dos 16 países analisados. Em 2002, a proporção de lares em condições de indigência é maior entre aqueles chefiados por mulheres. Essa situação é notória nas realidades de Costa Rica, Equador, Guatemala, Panamá, República Dominicana e Venezuela (CEPAL, 2003: 144).

¹² “Segundo as pesquisas oficiais de lares em países selecionados, em 1990 os mesmos [lares com chefia feminina] compreendiam, em relação a totalidade de lares urbanos, 21% na Argentina, 16,7% na Bolívia, 20,1% no Brasil, 22,6% na Colômbia, 23,2% no Chile, 17,7% no México, 19,7% no Paraguai, 25,2% no Uruguai e 22,1% na Venezuela” (Tradução livre das autoras).

Outra expressão das desigualdades sofridas pelas mulheres se refere à participação destas no mercado de trabalho. No decorrer da história, as mulheres foram consideradas apenas como boas administradoras do lar e destinadas à maternidade, sempre com sua capacidade física e mental desprestigiada e conseqüentemente inferiorizada, sendo predisposta à altas taxas de exploração.

A divisão sexual do trabalho por sexo relegou à mulher o trabalho reprodutivo, ou seja, o trabalho no espaço doméstico, privado, enquanto o homem foi associado ao trabalho produtivo, realizado no espaço público. “*Esse tipo de divisão cria hierarquias entre os sexos e reforça um tratamento desigual entre homens e mulheres, o que, no fundo, prejudica a ambos*” (Araújo; Sousa, 2002:16).

Entretanto, apesar das dificuldades e da falta de oportunidades a participação da mulher no mercado aumenta de maneira mais significativa e mais rápida que a do homem.

De acuerdo com las mediciones realizadas sobre la base de las encuestas em hogares de América Latina, se advierte um aumento significativo de la participación económica de las mujeres em los años noventa, de 37,9% em 1990 a 42% em el año 1999¹³ (CEPAL, 2004:13).

Porém, elas ainda estão em menor número no referido mercado, mesmo em países da América Latina que elas tem maior nível de escolaridade. O homem ainda predomina na força de trabalho na América Latina e no Caribe.

Importante destacar que a situação das mulheres rurais com relação à participação na força de trabalho é pior comparada com a situação do homem rural e da mulher urbana. As mulheres rurais geralmente têm que se dedicar quase que por completo às atividades do espaço doméstico, não lhes restando possibilidade de ingresso na vida pública. *“Este fator somado ao grande número de dependentes decorrente de altas taxas de fertilidade, impede que a mulher se engaje em atividades produtivas”* (Banco Mundial, 2003: 02).

Para as mulheres latino-americanas as taxas de desocupação ainda são maiores que as dos homens, além disso, o subemprego e a ocupação informal são mais frequentes entre as trabalhadoras. De acordo com o Banco Mundial/Cepia (2005), a taxa de ocupação (entre 25 e 49 anos) no Brasil corresponde a 50,3% de mulheres, contra 73,2% de homens, comprovando os níveis de desigualdade de gênero referentes à participação nos mercados trabalho. Com relação à distância salarial entre homens e mulheres este fator ainda se constitui um traço persistente; mesmo quando a mulher alcança uma posição no mercado de trabalho, ela ainda continua a ganhar menos que o homem.

Conforme Mota & Sales (2007), com base nos dados do Relatório da ONU (1995/96), persiste ainda uma considerável desigualdade com relação aos salários em circulação no mundo: somente 10% desses salários pertencem às mulheres, enquanto 90% são recebidos pelos homens. Consoante estudos do Banco Mundial (2003), grande parte da distância salarial continua a ser explicada pela discriminação e não por características produtivas, já que, em países como Brasil, Costa Rica, Venezuela, Argentina, Jamaica, Nicarágua e Colômbia, as mulheres têm maiores níveis educativos o que, por hipótese, levaria a prever maior rendimento ou produtividade. Isso, concretamente, não ocorre.

¹³ “De acordo com as medições realizadas sobre a base das pesquisas em lares da América Latina, adverte-se um aumento significativo da participação econômica das mulheres nos anos noventa, de 37,9% em 1990 a 42% no ano 1999” (Tradução livre das autoras).

Puede apreciarse una marcada discriminación hacia las mujeres, pues en el conjunto de los 17 países de América Latina hay más mujeres en empleos que requieren una calificación menor, que ofrecen una remuneración inferior y que tienen una mayor precariedad e informalidad laboral, mientras que hay una menor cantidad de mujeres en empleos asalariados y gerenciales¹⁴ (CEPAL, 2004:14).

Diante do quadro de crise econômica, nos anos 1980, argumentou-se que as mulheres seriam melhor absorvidas pelo mercado de trabalho precarizado e desregulamentado. Percebemos com isso que a mulher, apesar de seu esforço, continuou sendo desvalorizada. Questões como o desemprego, a distância salarial, a flexibilização do trabalho, as formas de discriminação, entre outras, continuam a afetar de maneira particular e diferenciada a realidade de mulheres e homens na América Latina.

Neste contexto, pensar sobre a problemática da pobreza no enfoque de gênero pressupõe olhares mais críticos sobre as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais que atingem as vidas de mulheres e homens não só de maneira diferente, mas, acima de tudo, de modo desigual.

Considerações Finais

O surgimento e o aprofundamento do modelo neoliberal de Estado na América Latina trouxeram em seu bojo mudanças significativas nos âmbitos político, econômico, cultural e social. Tais mudanças contribuíram negativamente sobre o setor social, aumentando as desigualdades entre ricos e pobres, o desemprego, os níveis de subemprego e violência, enfim, agravando o fenômeno da pobreza.

Como foi discutida neste artigo, a pobreza ultrapassa uma visão unicamente econômica, a qual a reduz a uma questão de possuir ou não renda, mas engloba, sobretudo, um viés mais amplo, onde as condições de vida da população (educação, renda, trabalho, moradia, saúde, informação, etc.) são levadas em consideração quando se trata de pensar a pobreza e as possibilidades de superação do atual quadro social de milhões de latino-americanos.

Esse artigo se propôs a refletir como pobreza e gênero configuram-se em categorias intrinsecamente relacionadas no contexto latino-americano. Observa-se ser imprescindível o debate da importância de se discutir pobreza na perspectiva de gênero, já que a maior parte das pessoas

¹⁴ “Pode apreciar-se uma marcada discriminação em relação às mulheres, pois no conjunto dos 17 países da América Latina existem mais mulheres nos empregos que requerem uma qualificação menor, que oferecem uma remuneração inferior e que têm uma maior precariedade e informalidade laboral, entretanto existe uma menor quantidade de mulheres nos empregos assalariados e gerenciais” (Tradução livre das autoras).

atingidas por este fenômeno é mulher. Assumir gênero como categoria de análise da pobreza permite enxergar que, apesar da questão social atingir homens e mulheres, ela atinge os gêneros de maneira diferente e desigual.

Nessa perspectiva, pensar a pobreza sob o viés de gênero pressupõe olharmos também para as políticas públicas de combate à pobreza, a fim de que essas políticas incorporem, em suas ações, o gênero como proposta de intervenção no real.

O debate sobre a pobreza na perspectiva de gênero pode e deve contribuir para a reflexão das formas de intervenção na questão social, e promover a análise das políticas públicas de combate à pobreza, visto que não podemos deixar de reconhecer a *feminização da pobreza* como elemento constituinte do fenômeno.

Dar visibilidade à discussão da pobreza sob um enfoque de gênero é necessário, também, porque contribui para repensar a forma como se “mede” a pobreza. Segundo a CEPAL (2003), a tradicional forma de medir a pobreza, a partir da renda familiar, não tem dado conta da pobreza como fenômeno multidimensional e afirma que constitui um avanço inserir a perspectiva de gênero na medição da pobreza:

El debate em torno a la pobreza desde una perspectiva de género há permitido evaluar estas medidas y ha puesto de relieve aspectos cruciales em los cuales es necesario avanzar. Por una parte se sostiene que esta forma de medición resulta insuficiente para captar la pobreza desde una perspectiva de género, es decir, para comparar la situación de hombres y mujeres e identificar los factores que hacen que unos y otras enfrenten dificultades distintas para superar la pobreza¹⁵ (CEPAL, 2003:137).

Assim, diminuir as desigualdades de gênero existentes na América Latina pressupõe, ainda, o fortalecimento e a organização das mulheres e sua ativa participação nas instâncias de decisão de todas as instituições formuladoras de Políticas Públicas, seja na área política, econômica, social ou cultural. Percebe-se que o crescimento das mulheres na participação da tomada de decisões seja nos lares ou mesmo na esfera pública, ainda ocorre de maneira gradativa, em razão de uma falta de autonomia econômica e na ausência de igualdade de oportunidades. Faz-se necessário um diálogo com a sociedade no sentido de apoiar a inclusão das mulheres nos espaços de tomadas de decisões, sejam eles privados ou públicos, no intuito de modificar as causas que conduzem à *feminização da pobreza*.

¹⁵ “O debate em torno da pobreza a partir de uma perspectiva de gênero tem permitido avaliar estas medidas e tem posto em relevo aspectos cruciais nos quais é necessário avançar. Por uma parte se sustenta que esta forma de medição resulta insuficiente para entender a pobreza a partir de uma perspectiva de gênero, quer dizer, para comparar a situação de homens e mulheres e identificar os fatores que fazem com que uns e outras enfrentem dificuldades para superar a pobreza” (Tradução livre das autora).

Por fim, pensar a *feminização da pobreza* requer um olhar apurado para as questões que cercam a vida de mulheres e homens na América Latina: suas diferenças, semelhanças, desigualdades, igualdades, etc. Afinal, a sociedade se constrói a partir desse processo que se dá no ir e vir da História. Se “*há mais mulheres pobres que homens pobres?*”, estudos já comprovam nossa indagação primeira. Trata-se agora de voltar-se para as alternativas de enfrentamento dessa realidade que assola as populações em quase todas as partes do mundo. Torna-se necessário, então, a formulação de políticas públicas com a incorporação da perspectiva de gênero, numa tentativa de ver os direitos humanos respeitados, contribuindo, assim, para o combate da pobreza, de modo geral, e na construção de uma sociedade humana, equânime e justa.

Key-words: Poverty,
 gender and Latin
 America.

ABSTRACT: The neoliberal model of State in the Latin America aggravated the phenomenon of the poverty. The main objective of this work was to perceive how the poverty and gender are categories related. We carry out bibliographical research about the themes, discussing with many authors. At last, assuming gender as category of analysis of the poverty will permit us to see how she reaches the genders in different ways. That debate can contribute for the reflection of the forms of intervention in the social question, promoting the analysis of the public politics that avoid the poverty because we must recognize the feminization of the poverty as an element that constitute the phenomenon.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Jeanine. **La feminizacion de la pobreza en América Latina**. Perú: Rede entre Mujeres, Diálogo Su-Norte, 1994.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARAÚJO, Maria de Lourdes Góes; SOUSA, José Rogério Martiniano de. Gênero – origem. In: ARAÚJO, Maria de Lourdes Góes; SOUSA, José Rogério Martiniano de; VIANA, Raquel. **Desvendando os gêneros, desvelando o cotidiano**. Fortaleza: Casa Lilás, 2002.

BANCO MUNDIAL. **Desafios e oportunidades da igualdade de gênero na América Latina e Caribe**, 2003. Disponível no site: www.obancomundial.org. Data do acesso: 10/09/2004,15:41 h.

_____ e Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação – CEPIA. **A questão de gênero no Brasil**. 2005. Disponível no site: <http://>

www.gdln.org.br/arquivos/artigos/20050811122811_livro%20web.pdf. Data do acesso: 15/03/2007.

BÓRON, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CEPAL. **Panorama Social de América Latina 2002-2003**. Agosto, 2003.

CEPAL. **Entender la pobreza desde la perspectiva de género**. Serie Mujer y desarrollo. Santiago de Chile: janeiro, 2004.

COSTILLA, Lúcio Oliver. Transformações do estado e da sociedade civil na América Latina. In: BRAGA, Elza Maria Franco (org.). **América latina: transformações econômicas e políticas**. Fortaleza: EUFC, 2003.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 6ed. São Paulo: Loyola, 1996.

KERGOAT, Danièle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais: da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSKY, André.../ et. al. / **O sexo do trabalho**. Tradução de Sueli Tomazini Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 1, 1986. 192p.

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, Asa Cristina (org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1995.

MOTA, Maria Dolores de Brito e SALES, Celecina de Maria Veras. **Gênero, geração e inclusão social**. Caminhos do Desenvolvimento Local – Universidade Aberta do Nordeste. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2007.

NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. **Estados keynesiano e neoliberal: formas históricas do Estado Capitalista no século XX**. Revista Humanidades e Ciências Sociais. Fortaleza: UECE, 2001. N. 1. Vol. 3.

OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

PINHEIRO, Vinícius C. “Modelos de desenvolvimento e políticas sociais na América Latina em uma perspectiva histórica. IPEA: Planejamento e Políticas Públicas, n. 12, jun-dez 1995, p. 63-88.

RUBIO, Laura Frade. **Las implicaciones de la globalización económica y la internacionalización del estado en las mujeres.** México: [s.n.], 2001.

SADER, Emir. A hegemonia neoliberal na América Latina. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, João Bosco Feitosa dos. Pobreza e exclusão na América Latina. In: BRAGA, Elza Maria Franco (org.). **América latina: transformações econômicas e políticas.** Fortaleza: EUFC, 2003.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, RS, v.16, n. 2, p. 5-22, jul/dez. 1990.

VILLALOBOS, Verónica Silva. O estado de bem-estar social na América Latina: necessidade de redefinição. In: Cadernos Adenauer 1. **Pobreza e política social.** São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.